

## CAPS NO MUSEU: INVENÇÕES NO CUIDADO EM SAÚDE MENTAL

ARTHUR RIGHI CENCI<sup>1</sup>; INGRID OLIVEIRA DA SILVA<sup>2</sup>; CAMILA IRIGONHÉ RAMOS<sup>3</sup>

<sup>1</sup>Universidade Federal de Pelotas – [arthur.righicenci@gmail.com](mailto:arthur.righicenci@gmail.com)

<sup>2</sup>Universidade Federal de Pelotas – [ingrid.oli@outlook.com](mailto:ingrid.oli@outlook.com)

<sup>3</sup>Universidade Federal de Pelotas – [mila85@gmail.com](mailto:mila85@gmail.com)

### 1. INTRODUÇÃO

A reforma psiquiátrica brasileira foi um movimento no campo da saúde mental que possibilitou avanços na assistência e cuidado às pessoas em sofrimento mental. Anteriormente, o tratamento de quadros de transtornos psicológicos era realizado de forma institucionalizada nos manicômios, que isolavam o sujeito de seu convívio social pelo confinamento. Com isso, a loucura era retirada da cidade, e o sujeito considerado louco era privado de sua cidadania, configurando o manicômio como uma espécie de “morte social”. Além disso, este modelo asilar acarreta em processos de dessubjetivação e des-historização da pessoa em sofrimento, causando a “mortificação do eu” (AMARANTE; TORRE, 2018).

A partir da sanção da Lei nº 10.216 em abril de 2001, também conhecida como “Lei da Reforma Psiquiátrica”, foi instituído um novo modelo de tratamento, com uma perspectiva psicossocial, que estabelece que este cuidado deve ser prestado em serviços de saúde de base comunitária, presentes no território das pessoas que os necessitam (BRASIL, 2001). Esta mudança de paradigma ocasionou na criação de uma rede de serviços substitutivos ao modelo manicomial, a Rede de Atenção Psicossocial (RAPS), instituída pela portaria nº 3.088 (BRASIL, 2011).

Nessa rede, os Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) são um importante dispositivo de atenção à saúde mental, atendendo pessoas com transtornos mentais graves e persistentes, devendo realizar suas atividades em espaços prioritariamente coletivos, como grupos, e de forma multidisciplinar. Além disso, devem promover atividades no território, promovendo inclusão social, autonomia e o exercício da cidadania (BRASIL, 2011). A partir do exposto, entende-se que não basta reduzir a reforma psiquiátrica à reorganização dos serviços de saúde mental, reproduzindo as lógicas de estigma e isolamento social nos serviços territoriais. É necessário explorar formas de cuidado que estimulem a ocupação da cidade, a participação social, cultural e contato com a comunidade (AMARANTE; TORRE, 2018) (CAMPOS; BEZERRA; JORGE, 2020).

Assim, com intuito de utilizar o território como ferramenta de promoção de saúde mental, cidadania e autonomia, foram realizadas visitas em dois museus da Universidade Federal de Pelotas (UFPel), com usuários de um grupo terapêutico do CAPS. O objetivo deste trabalho é descrever e relatar esta atividade.

### 2. METODOLOGIA

O presente trabalho é a descrição e reflexão de uma ação realizada pelo projeto de extensão intitulado “Territórios de/em ação: aprendendo e

desenvolvendo saúde na/pela rede de atenção psicossocial". O grupo de estudantes que participam deste projeto realiza atividades semanais junto ao CAPS Porto em Pelotas, Rio Grande do Sul, participando do dia a dia do serviço, realizando acolhimento, atendimento de plantão, consultas multidisciplinares e organizando um grupo terapêutico de usuários. Neste projeto, também organiza-se o grupo autointitulado "Novos Horizontes", no qual são realizadas atividades diversas, como oficinas de arte, atividades físicas, cinema, educação em saúde, e, como discorrerá este trabalho, atividades extramuros. As práticas realizadas pelo grupo são elaboradas previamente pelos extensionistas que integram o projeto, em conjunto com a professora responsável - visando promover lazer, bem estar, autonomia e educação em saúde.

### 3. RELATOS E IMPACTOS GERADOS

No decorrer das ações semanais realizadas com o grupo Novos Horizontes nos anos de 2024 e início de 2025, percebeu-se que os usuários do serviço pouco ou nunca circulam pelo bairro ou pela cidade. Os relatos deste pouco contato com a comunidade acontecem com frequência, por se tratar de um grupo terapêutico, em que semanalmente se conversa sobre cotidiano, questões familiares, de saúde e saúde mental. Porém, houveram dois momentos em que estes relatos se sobressaíram. O primeiro deles ocorreu em uma atividade proposta em que deveriam representar, em uma espécie de mapa, sua casa, seus vizinhos, lugares que acessa em sua vizinhança, tais como UBS, mercado, praça, feira, parada de ônibus e o próprio CAPS. Muitos usuários tiveram extrema dificuldade em desenhar serviços que acessam, relatando que não saem de casa se não para ir ao CAPS. O segundo momento ocorreu quando, em outro dia, foi proposto que fizessem uma espécie de tabela das atividades que realizam durante a semana. A maioria dos usuários teve dificuldade, preenchendo a semana somente com tarefas em casa e no CAPS.

Assim, por perceber a relação fraca que os usuários têm com o bairro, a cidade e as relações que se estabelecem nesses espaços, o grupo planejou uma atividade extramuros: visitar os museus da UFPel. Foram escolhidos o Museu do Doce e o Museu de Ciências Naturais Carlos Ritter. A escolha se deu por múltiplos fatores, sendo o principal deles o reconhecimento da importância dos museus na construção de vínculo com o patrimônio histórico, bem como senso de pertencimento à comunidade a partir da cultura. Também contribuiu para a decisão o fato de os museus estarem localizados no centro da cidade, região muito próxima ao CAPS, e muitos usuários sequer saberem da existência deles.

Dessa forma, na tarde do dia 30 de abril de 2025, o grupo Novos Horizontes se encontrou em frente ao CAPS para visitar. Na ocasião, estiveram presentes seis usuários, um familiar acompanhante, três estudantes e a professora responsável. Quanto ao perfil do grupo, apresenta-se como heterogêneo, sendo diverso nos recortes de gênero, idade, raça e diagnóstico de saúde mental.

O primeiro museu visitado foi o Museu do Doce. Durante a visita mediada, os participantes trouxeram relatos de lembranças e sua identificação com a história da cidade e com o patrimônio doceiro de Pelotas, participando ativamente da atividade. Observaram latas de docerias antigas, reconhecendo seus logos, nomes e doces. Perceberam também, nas fotos antigas das docerias, fachadas de prédios antigos e modelos de carros da época. Ademais, relataram surpresa com a beleza e preservação do casarão que sedia o museu. Também

questionaram sobre quem seria o dono da casa hoje e sobre a instalação incomum de tomadas. Dos usuários presentes, somente uma já havia estado no museu em outra ocasião, também em atividades propostas pelo CAPS.



Figura 1. caminhada partindo do CAPS em direção ao museu. Fonte: acervo pessoal, 2025.

Figura 2. Visita ao Museu do Doce. Fonte: acervo pessoal, 2025.

Após, o grupo dirigiu-se ao Museu de Ciências Naturais Carlos Ritter, também para uma visita mediada. Neste museu, pontuaram animais que conheciam, já tinham visto ou que tinham medo. Conversaram bastante entre eles, com o estudante mediador e com os estudantes que os acompanhavam, sobre características dos animais, biomas e estado de conservação dos animais empalhados. Este museu também havia sido visitado por apenas uma usuária em outra oportunidade. Depois das duas visitas, que duraram cerca de 1h10min, o grupo dirigiu-se à praça Coronel Pedro Osório, em frente aos museus, para fazer um lanche e conversar sobre as visitas.



Figura 3. Visita ao museu Carlos Ritter. Fonte: acervo pessoal, 2025.

Figura 4. caminhada na praça Coronel Pedro Osório. Fonte: acervo pessoal, 2025.

Durante a atividade, chamou a atenção a riqueza nas interações entre usuários e entre eles e os estudantes responsáveis pela mediação nestes espaços, participando das visitas guiadas trazendo histórias pessoais de relação

com os objetos mostrados nos museus. Esta interação surpreendeu positivamente o grupo extensionista, pois, embora aconteça também dentro do CAPS, costuma acontecer mediante condução de estudantes e profissionais do serviço. No museu, essa interação aconteceu de forma mais espontânea, fazendo ressurgir lembranças de contato com a cultura e a tradição da cidade em que vivem. Também foi importante ter ido a pé para estes lugares, uma vez que muitos usuários acreditavam ser distante do CAPS, tendo dificuldade em se deslocar até a praça.

#### 4. CONSIDERAÇÕES

A partir do exposto, considera-se cumprido o objetivo principal do eixo extensionista da universidade, na medida em que a atividade oportunizou levar os usuários para ambientes da Universidade Federal de Pelotas que promovem cultura, lazer, conhecimento e pertencimento. Além disso, a atividade foi bem recebida pelos usuários do CAPS, tendo estreitado a relação entre o CAPS e, especialmente, o Museu do Doce, que tem recebido outros grupos de usuários conduzidos por profissionais do serviço.

#### 5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMARANTE. P. TORRE, E. H. G. “De volta à cidade, sr. cidadão!” - reforma psiquiátrica e participação social: do isolamento institucional ao movimento antimanicomial. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v.52. n.6. p. 1090-1107, 2018.

BRASIL. **Lei n. 10.216**, de 6 de abril de 2001. Dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental. Brasília, 6 abr. 2001. Acessado em 01 jul. 2025. Online. Disponível em:  
[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/leis\\_2001/l10216.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10216.htm)

\_\_\_\_\_. Ministério da saúde. **Portaria n.3.088** de 23 de dezembro de 2011. Brasília: Diário Oficial da República Federativa do Brasil, 2011. Acessado em 01 jul. 2025. Online. Disponível em:  
[https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2011/prt3088\\_23\\_12\\_2011\\_rep.htm](https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2011/prt3088_23_12_2011_rep.htm)

CAMPOS, D.B. BEZERRA, I.C. JORGE, M.S.B. Produção do cuidado em saúde mental: práticas territoriais na rede psicossocial. **Trabalho, Educação e Saúde**, Rio de Janeiro, v. 18. n. 1. p. 1-18, 2020.